

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N ° 302

Período: 23/08/2008 a 29/08/2008

GEDES -Brasil

- 1- Parentes de vítimas do acidente com o VLS-1 exigem punição a militares
- 2- Plano Nacional de Estratégia de Defesa já está redigido
- 3- Relatório feito pelo Tribunal de Contas da União aponta erros em sistema utilizados pela Aeronáutica
- 4- Ministro da Defesa defende aumento de recursos para Forças Armadas
- 5- Estados solicitam presença de Forças Armadas nas eleições
- 6- Supremo Tribunal adia decisão de demarcação de terras indígenas
- 7- Opiniões acerca da revisão da Lei de Anistia
- 8- Ministro da Defesa recebe dois últimos caças Supersônicos comprados da França
- 9- Corpo de espanhol morto no regime militar brasileiro é identificado

1- Parentes de vítimas do acidente com o VLS-1 exigem punição a militares

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ao completar cinco anos do acidente ocorrido com o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), parentes das vítimas protestaram novamente para que haja punição aos militares envolvidos no projeto. As manifestações ocorreram no Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), localizado na cidade de São José dos Campos (SP). No dia 22/08/2003 o VLS-1 explodiu na base de Alcântara, no estado do Maranhão (MA) (Folha de S. Paulo – Ciência – 23/08/008).

2- Plano Nacional de Estratégia de Defesa já está redigido

Segundo o *Jornal do Brasil*, até o dia 07/09/08, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já teria em suas mãos o Plano Nacional de Estratégia de Defesa. Mangabeira Unger, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, considera um ato inovador na história do Brasil. Para Unger, é uma iniciativa no sentido de qualificar as Forças Armadas, vinculando-a ao desenvolvimento do Brasil e a Defesa. Esse Plano não foi criado sob o sentimento de ameaça de algum país frente ao Brasil. E sim, em busca de seu futuro, para que haja pela primeira vez um grande debate civil sobre a Defesa. Além de reequipar as Três Forças, o Plano Nacional prevê a qualificação e a reorganização das mesmas. Com isso, pretende-se criar uma cultura militar flexível, imaginativa e audaciosa. As indústrias brasileiras de defesa, tanto estatais quanto privadas, passarão também por readequações. O serviço militar obrigatório será sistematizado. (Jornal do Brasil – País – 24/08/08).

3- Relatório feito pelo Tribunal de Contas da União aponta erros em sistema utilizados pela Aeronáutica.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou 14 falhas no sistema X-4000, que é utilizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) no gerenciamento do tráfego aéreo do país. Segundo o relatório, que contém 83 páginas, grande parte dos supostos erros apontados pelos controladoresT de vôo nos equipamentos, após a colisão entre o jato Legacy e um

Boeing da Gol, que deixou 154 mortos em setembro de 2006, são verídicos. O TCU encontrou falhas de todos os tipos no sistema, desde erros operacionais, até a falta de padronização no treinamento dos controladores. A empresa que tem a responsabilidade da manutenção do sistema, é responsabilizada pela falta de peças de reposição e do descumprimento do contrato de manutenção do sistema X-4000. Cláudio José Rodrigues Carvas, Diretor de Defesa da Fundação de Aplicações Críticas Atech, empresa citada no relatório, rebateu as observações feitas pelo TCU, segundo ele, as equipes de manutenção espalhadas pelo País oferecem suporte 24 horas à FAB. A aeronáutica anunciou que só vai se pronunciar a respeito do assunto quando receber o TCU oficialmente. O diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), brigadeiro Ramon Borges Cardoso, chegou a se reunir com um ministro do TCU para discutir alguns pontos do relatório e segundo o brigadeiro, uma das queixas da Aeronáutica é o fato de um dos responsáveis pelo relatório ser um ex-controlador de voo A FAB acredita que o auditor Harley Alves Ferreira, teria um “vínculo emocional” com sua antiga carreira e que não teria condições de atuar de forma isenta na formulação do relatório do TCU. Os controladores, por sua vez, sentiram-se contemplados pelo relatório, uma vez que, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção aos Vãos, Jorge Botelho, muitas das falhas operacionais existentes no relatório já haviam sido apontadas pelo sindicato, no passado. Segundo *O Estado*, a recente concessão da verba de R\$ 153 ao Ministério da Defesa, destinada à adequação do parque tecnológico e da capacidade de monitoramento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Sisceab), é um indicador de que as denúncias do TCU têm sido ouvidas. (*O Estado de S. Paulo – Metropole – 24/08/08*).

4- Ministro da Defesa defende aumento de recursos para as Forças Armadas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 25/08/09, o Ministro da Defesa Nelson Jobim, defendeu que o montante destinado às Forças Armadas, que, atualmente, corresponde a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), deve, até o fim do governo Lula, atingir o percentual de 2,5%. Segundo o ministro, o assunto está sendo discutido no bojo do Plano Nacional de Estratégia de Defesa. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/08/08*).

5- Estados solicitam a presença de tropas nas eleições

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), analisou, no dia 26/08/09, pedidos dos estados do Amazonas, Amapá e Tocantins referentes ao envio de tropas das Forças Armadas para garantir a segurança do eleitor e a normalidade das eleições. A atuação das tropas poderá ocorrer em 22 cidades dos os três estados. O Ministro da Defesa informou que as forças federais não estão destinadas ao acompanhamento dos candidatos. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 26/08/08*).

6- Supremo Tribunal adia decisão de demarcação de terras indígenas

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* publicaram a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, de manter a demarcação de forma contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, ou seja, a favor do decreto presidencial. Ainda faltam dez ministros para votar e o ministro

Carlos Alberto Menezes Direito pediu vista do processo, o que adiou a votação. Para Ayres Britto os indígenas estavam nas terras antes da constituição do Estado de Roraima e o processo de demarcação teve início em 1977, enquanto os rizicultores somente multiplicaram suas plantações depois de 1992. Com a questão em litígio, os índios detêm 13% do território nacional, o equivalente ao dobro da área da França. Ao lado dos índios, estão o Governo Federal e Organizações Não-Governamentais (ONG's) que pretendem definir a área ininterrupta de 1.7 milhão de hectares. Em contraposição a esta idéia estão os arroteiros da região, congressistas do Estado e o Governo Estadual, que afirmam que a produção dos arroteiros representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB) e defendem o sistema de divisões de terras em ilhas. O exército também se mostra a favor destes últimos por uma questão de defesa da soberania nacional, pois a região faz divisa com Venezuela e República da Guiana. A atuação das ONG's na região foi avaliada como suspeita pelo relatório da Secretaria Nacional de Justiça, apontando a atuação irregular de estrangeiros na região. Foram encontradas 23 irregularidades pelo relatório, entre elas estão: o uso de entidades de fachada para comércio ilegal de terras e biopirataria, contrabando de minerais e controle indireto de terras amazônicas, registradas por empresas brasileiras, mas sob o controle de estrangeiros. Atualmente, existem 16.825 ONGs no país, e 690 estão credenciadas para atuar na Amazônia, entre as quais, muitas são estrangeiras. O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, é a favor da demarcação contínua e afirma que pelo laudo antropológico apresentado, os índios se movimentam como nômades e precisam de toda a área. Já o Coronel Gélio Fregapani afirma que a demarcação contínua ao separar diferentes etnias e culturas pode culminar em uma nova nação étnica, ou um "novo Curdistão", o que desagregaria o país. Segundo o Coronel, a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos têm interesse nas jazidas da região e seria mais fácil negociar com um "governo indígena" que com o governo brasileiro. No dia 26/08/08 aproximadamente 500 índios, sem-terras e sem-tetos fizeram um protesto na BR-174, que dá acesso a Vila Surumu e à Venezuela e paralisaram o trânsito por quase três horas. Ainda entre os indígenas há dois grupos divergentes; os católicos e os evangélicos. Os católicos exigem a demarcação contínua e são representados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Os índios evangélicos são favoráveis à permanência dos arroteiros, em favor do desenvolvimento econômico da região e são ligados à Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur). A infra-estrutura de transporte, saúde, educação, energia elétrica, entre outros, são fornecidos pelo governo estadual, ou seja, isolar os indígenas seria privá-los destes serviços fundamentais. O Brasil votou a favor da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, negociada nas Nações Unidas, em 1993 e aprovada 15 anos mais tarde. Consta na declaração a prerrogativa de "autodeterminação"; desta forma, caso os povos indígenas decidam pela autonomia e auto-governo, o artigo 6º permite que adotem outra nacionalidade que não a brasileira. O documento acerta que não se poderão desenvolver atividades militares nos territórios dos povos indígenas, salvo em situação de interesse público ou que os indígenas aceitem ou solicitem a presença militar. O artigo 36 do documento também afirma que os indígenas podem estabelecer contato, relações e cooperações livremente com políticos e outros povos indígenas além-fronteira. Todos estes dados são utilizados pelos militares que afirmam que a demarcação contínua apresenta riscos à soberania nacional. O ministro Carlos Alberto Direito, afirmou que o texto da declaração tem questões contrárias à Constituição brasileira, que não permite a denominação de "povos indígenas", pois só existe o "povo brasileiro". Segundo *O Estado de S. Paulo*, em

29/08/08, os ministros do Supremo Tribunal Federal mostram-se preocupados com a questão da soberania, uma vez que admitiram a possibilidade de diminuir a área destinada à reserva para deixar livres para as Forças Armadas as faixas de fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. A demarcação, assim, permaneceria de forma contínua, como determinou o governo, mas o tamanho da reserva seria reduzido. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 29/08/08; Jornal do Brasil – País – 28/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/08/08; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 28/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/08/08).

7- Opiniões acerca da revisão da Lei de Anistia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) retomou as discussões sobre a Lei de Anistia, mesmo após a ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o assunto fosse encerrado. Segundo o partido, “crimes contra a humanidade não prescrevem” e, no dia 27/08/08, às vésperas dos 29 anos da Lei de Anistia, a Executiva Nacional do partido exigiu a responsabilização dos militares que torturaram. Na seção *Espaço Aberto* de *O Estado*, o professor da PUC-SP e também jurista, Fábio Ulhoa Coelho, discute a base legal da revisão da Lei de Anistia. O professor utiliza exemplos da Espanha e Portugal onde as ditaduras foram condenadas, no entanto, direitos como indenização não foram alcançados. Segundo Ulhoa Coelho, o crime de tortura é colocado pela Lei de Segurança Nacional (LSN) como crime comum e, para ser considerado político deveria implicar risco à integridade territorial, à soberania nacional, à Federação. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou a opinião contrária à revisão da Lei de Anistia do ex-presidente da República, José Sarney. Segundo ele, o processo político da anistia foi realizado por consenso e fez parte do processo de transição para a democracia. Ainda segundo a *Folha*, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, também defendeu, no dia 28/08/08, a responsabilização dos militares por crimes de tortura praticados durante o regime militar brasileiro, pois muitos crimes foram de lesa humanidade e, por isso, não prescrevem nunca e não se aplicam à Lei de Anistia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 29/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/08/08; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 28/08/08).

8- Ministro da Defesa recebe dois últimos caças Supersônicos comprados da França
Conforme divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, esteve a bordo do caça supersônico Mirage 2000/B, na base aérea de Anápolis (estado de Goiás), no dia 27/08/08 pela manhã. O caça está presente na missão do 1º Grupo de Defesa Aérea e foi comprado em julho de 2005 juntamente com mais 11 unidades usadas da França. As últimas duas unidades foram recebidas na segunda-feira, dia 25/08/08. Os jatos custaram 60 milhões de euros e 20 milhões de euros foi o preço pago pela documentação técnica, suprimentos, ferramentas, treinamento de pessoal e providência para os vôos de transferência para o Brasil. O jornal divulgou que na volta à base de vôo o capitão francês seria condecorado com a Ordem Santos Dumont. Os Mirage 2000 C e B têm tecnologia da década de 1980 e, embora tenham sido revisados, não passaram por nenhum tipo de modernização. Os caças são equipados com 2 canhões de 30 milímetros, podem carregar 6,3

toneladas de carga externa, atingem 2.100 km/h e podem ser reabastecidos no ar. O ministro também mostrou predileção pelos aviões franceses para as compras previstas pelo projeto FX2 e criticou os outros países que concorrem na licitação – EUA, Rússia e Suécia – por não concordarem em transferir tecnologia. Em dezembro, na cidade de Brasília, deve ser assinado o acordo estratégico de defesa entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy; o que aproxima muito os dois países e beneficia a França nas compras do FX2. (O Estado de S.Paulo – Nacional - 27/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional - 28/08/08).

9- Corpo de espanhol morto no regime militar brasileiro é identificado

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, foi confirmado através de exame de DNA que a ossada exumada do Cemitério de Perus, localizado na cidade de São Paulo, é de Miguel Sabat Nuet, único caso conhecido de cidadão espanhol morto, aos 50 anos de idade, sob a custódia do regime militar brasileiro (1964-1985). Capturado pela repressão em 9 de outubro de 1973, Nuet foi encontrado morto numa cela dos porões do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), um mês depois de sua prisão. A polícia declarou que ele havia cometido suicídio. Segundo sua família, Nuet nunca participou da luta armada no Brasil e não tinha nenhuma ligação com organizações de esquerda, mas no seu prontuário consta a letra T, em vermelho, classificando-o como terrorista. Em vala clandestina de Perus, os militares depositaram corpos de militantes que morreram no Dops e no Departamento de Operações Internas (DOI-Codi), vinculado ao antigo II Exército. Em setembro de 1990, foram descobertos os mortos da vala, um total de 1.049 indigentes, vítimas de esquadrões da morte e presos políticos. A exumação e identificação das vítimas foi determinada pela Procuradoria da República em São Paulo. A procuradora Eugênia Fávero declarou que abrirá investigações para apurar as circunstâncias da morte de Miguel Sabat Nuet e a identificação dos autores do crime, pois o Ministério Público Federal suspeita que Nuet tenha sido torturado até a morte. Para Eugênia Fávero e o procurador regional da República, Marlon Alberto Weichert, a investigação e a punição de crimes da ditadura são possíveis sem a necessidade de se alterar a Lei da anistia, pois são crimes contra a humanidade e que a morte dentro de um aparelho de governo pode propiciar pedido de indenização por parte da família de Nuet. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/08/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).